

Proposta de uma possível noção de “plano de gênero” para a resenha acadêmica

Evandro de Melo Catelão¹

Mônica Magalhães Cavalcante²

Introdução

Entende-se por dominância sequencial (de qualquer tipo: dialogal, explicativa, argumentativa, narrativa ou descritiva) a visualização de certa unidade composicional no que diz respeito à utilização de uma determinada sequência. Em pesquisa anterior sobre cartas de suicídio, por exemplo, Catelão (2013) constatou que a intenção discursiva de descrever as motivações que mobilizavam o ato da morte voluntária em si condicionava ao gênero, analisado em sua coletividade (FIORIN, 2016), certa dominância sequencial argumentativa. Essa dominância corresponde, grosso modo, à marcação de determinados aspectos textuais que em outra modalidade – a de recorrência composicional – configura o que comumente alguns autores, como Adam (2011), chamam de planos de texto fixos (PTF).

Menos detalhada que a teoria das sequências, a noção de plano de texto nos chama atenção por resvalar em alguns elementos de ordem do gênero, mesmo não sendo explicitados por Adam (2011), que limita a questão ao conceito de ligações textuais. Pelas análises do autor, a teoria dos planos de texto (PT) incide sobre elementos de natureza composicional, não relacionando a aspectos inerentes aos gêneros. Nesse sentido, neste trabalho discutimos quais as implicações de trazer aspectos dos gêneros em interconexão com as análises de Adam (2011), propondo um parâmetro de análise que chamaremos de “plano de gênero” ou, usando nomenclatura do autor, plano pré-formatado para um gênero. Como corpus de análises, utilizamos materiais teórico-metodológicos que tratam da estrutura da resenha acadêmica crítica, trazendo uma possibilidade analítica mais condizente com a Linguística Textual praticada no Brasil.

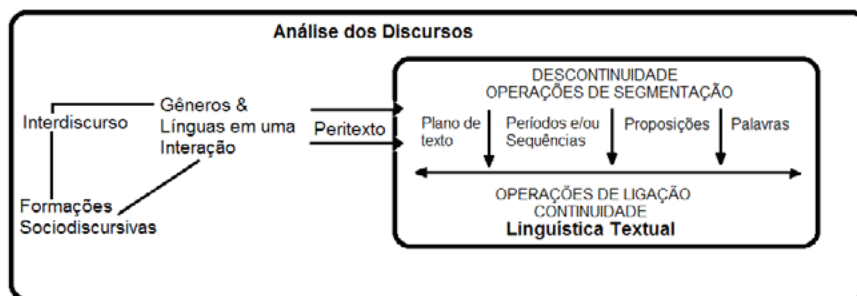
1. As ligações textuais e o lugar do plano de texto no trabalho de Adam

Adam delimita na produção de 2011 (uma das edições brasileiras de *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*) conceitos principais que regem a análise textual dos discursos (ATD), organizada tendo em vista a união entre dois campos, o da Linguística Textual e o

1 Doutor em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e pós-doutorando em Linguística pelo programa PNPd CAPES.

2 Doutora em Linguística, Universidade Federal do Ceará - UFC.

da análise de discursos (esta última, segundo ele, desvencilhada da AD francesa), como pode ser visto no esquema do autor a seguir:



Esquema 1. Espaço dos campos textual e discursivo e visão do PT

Fonte: Adam (2008, p.43)

Com vários desdobramentos, a ATD proporciona uma possibilidade interdisciplinar de análise, dividindo fronteiras. Pelo esquema anterior, é possível visualizar, por exemplo, que o autor insere o campo da Linguística Textual no universo das operações de ligação e segmentação, ou seja, no leque dos elementos composicionais dos textos. Discutiremos, neste trabalho, três denominações desse esquema – períodos, sequências e plano de texto – visando mapear a base composicional dos textos, na perspectiva do autor.

Pelo esquema 1, a transformação textual em unidades cada vez mais complexas mostra obedecer, primeiro, à ligação entre palavras com a formação das chamadas proposições-enunciados (unidade textual de base para Adam, 2011), que tendem a agrupar-se nos dois tipos de unidades textuais subsequentes, os períodos e as sequências (agrupamentos particulares de proposições-enunciado). Analiticamente, a noção de proposição-enunciado serve para marcar que a unidade textual mínima carrega ligação com cotexto anterior e posterior, além de três dimensões complementares: **responsabilidade enunciativa** (ponto de vista - quem e o que é dito); **referência como representação discursiva** (conteúdo proposicional); **valor ilocucionário** (potencialidades argumentativas dos enunciados).

Por sua vez, os períodos são unidades mais frágeis que as sequências e entram diretamente na composição de partes de um plano de texto, não tendo assim estrutura marcada. Há dois tipos de período: primeiramente, estruturas rítmicas sem conectores empregadas em poemas e textos marcadamente poéticos; depois, períodos organizados em torno de conectores que delimitam ligação por significante, paralelismo, repetição lexical e sintática como, por exemplo, a repetição de um tempo verbal, de um substantivo, que juntos dão unidade ao texto. Exemplificando os períodos, Charaudeau & Maingueneau (2008, p.374, grifos dos autores) afirmam que em Adam eles

resultam das mais variadas formas principais de ligações: as **ligações rítmicas de proposições** (por retomadas de fonemas/grafemas, lexemas, sintagmas inteiros),

as **ligações léxico-semânticas** (paralelismos, quiasmas, antíteses), as **ligações por conexão** (asseguradas por conectores). Dois tipos de pacotes de proposições devem ser considerados: os empacotamentos não (ou fragilmente) moldados, que formam simples períodos, e os empacotamentos sob a forma de *macroproposições*, que entram na constituição das sequências.

Como observado na citação dos autores, as sequências representam nos textos unidades textuais mais complexas, compostas de macroproposições ou espécies de períodos com propriedades específicas (ou marcadas prototipicamente) de ligação com outras macroproposições. A organização presente nas sequências configura uma espécie de rede hierárquica cujas partes podem ser identificadas e decompostas por serem relativamente autônomas.

O texto, então, pode ser (e é na maioria dos casos) composto de um número de sequências diferentes, mas interligadas segundo a natureza composicional exigida para a ação de linguagem a ser executada. As macroproposições [tipo de período mais complexo] que entram na composição de uma sequência dependem de combinações pré-formatadas de proposições, também definidas como macroações sociodiscursivas: narrar, descrever, argumentar e explicar. Dito de outra forma, as sequências textuais são, em sua gênese, provenientes de nossas capacidades (cognitivas e pragmáticas) mais fundamentais e que coocorrem em nossas ações interpessoais, sendo memorizadas por impregnação cultural. Essas diferentes combinações (‘narrativa’, ‘argumentativa’, ‘explicativa’ e ‘descritiva’) representam **atos de discurso não-primitivos**³, intermediários entre o objetivo primário de uma asserção (ação de discurso), como o partilhar de uma crença, e seu objetivo último, convencer o outro e provocar o fazer.

Complementando esse quadro, o ‘diálogo’ é articulado por atos primitivos de força primária por ter uma posição, dita pelo autor, particular em relação às outras sequências (narrativa, argumentativa, explicativa e descritiva). Refletindo sobre práticas discursivas orais e escritas, “em uma situação oral, o modo composicional dialogal-convencional estende sua hegemonia sobre todos os outros modos de composição” (ADAM, 2011, p. 253), uma vez que oralmente construímos o contexto necessário ao entendimento do discurso e temos ali representadas as figuras de intercâmbio. Para os textos escritos, cria-se o que se denomina “ambiente transacional” para uma sequência dialogal elementar, idealizada com base no encadeamento de réplicas das personagens. Com a dialogal, chegamos às **cinco sequências base** correspondentes às relações macrossemânticas memorizadas por impregnação cultural⁴: dialogal, argumentativa, descritiva, explicativa e narrativa.

O lugar do PT na proposta da ATD é imediatamente posterior ao dos períodos e das sequências e anterior à fronteira entre o texto e o discurso. Para o autor, “o reconhecimento do texto como um

3 O autor alerta que as teorias clássicas dos atos de discurso não permitem uma descrição das macroações sociodiscursivas (narrar, descrever, argumentar e explicar), discutidas na formulação da noção de sequências.

4 Adam (2011, p.208) afirma que na instrução-injunção “as formas de textualização variam bastante em função dos gêneros de incitação à ação”, não considerando a injunção uma sequência, justamente por não ser possível caracterizar um padrão na mesma direção das outras cinco sequências.

todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis” (ADAM, 2011, p.255), ou seja, a visão do todo é inseparável da compreensão das partes, o que significa reconhecer a existência de uma unidade composicional maior, um plano de texto. Dois tipos de operação fazem do texto um todo configurado: a unidade temática global (semântica) e a unidade ilocucionária (pragmática), ou seja, os valores pretendidos pelo autor na construção do texto, de acordo ao que foi discutido para as sequências, perpassa as macroações sociodiscursivas, agora com união de sequências. Contudo, outro esquema (esquema 30 reproduzido abaixo com destaques e marcações nossas, ADAM, 2011, p.255) delimita que as ligações textuais seriam primariamente divididas em dois universos: estruturação sequencial (partes do texto e visão composicional) e não-sequencial (sentidos do texto – configuração). Entre os componentes da estrutura sequencial composicional, o plano de texto aparece na mesma linha da aplicação sequencial base.

A definição de plano de texto traz uma importante consideração sobre as questões composicionais dos textos. O **plano de texto** desempenha papel essencial na composição macrotextual do sentido. Fazendo uma comparação com o plano retórico da **disposição**, o autor assinala que o exórdio, a narração, a confirmação e a peroração (elementos do corpo da disposição) são preenchidos(as) com argumentos provenientes da **invenção** (plano retórico baseado principalmente na localização de elementos/dados para a construção do discurso). A disposição, nesses limites, representaria uma espécie de plano de texto. Utilizaremos esse percurso também para caracterizar a resenha. Adam (2011), por outro lado, assevera que essa observação da forma como os gregos organizavam o discurso, apesar de exemplificar bem a questão, não dá conta de todos os planos que temos hoje. Tendo em vista esse aspecto, a saída do autor foi uma definição crítica tendo em vista marcas composicionais e do estatuto histórico dos gêneros, delimitando PT convencionais ou fixos (PTF) e PT ocasionais (PTO) como possíveis bases analíticas. Observemos o esquema 30, de Adam (2011, p. 257), ao qual acrescentamos pequenas descrições, circuladas:



Essa classificação permite, *a priori*, criar categorias de texto, contudo, de forma não muito clara ou pré-identificável como nos protótipos das sequências, como se pretende focar a seguir. O autor frisa que nem todo texto é necessariamente composto por estruturas ordenadas de sequências. O texto tem (ou pode ter) uma estrutura totalmente flexível e este aspecto é enfatizado pelo autor. Vistos composicionalmente, os planos considerados canônicos ou fixos (PTF) são o que poderíamos chamar de formatos acumulados por repetição em algumas esferas (ponto que pretendemos defender no corpus). Os PTF podem ser caracterizados como formatos socialmente cristalizados pelo uso, nas palavras de Adam (2011), textos que apresentam constantes composicionais. Contudo, o autor assevera que apesar da sugestão de estabilidade composicional, certas partes/momentos do texto sempre serão totalmente inesperados como parte da trama textual (e do gênero), caracterizados como marcas estilísticas de profunda tendência peritextual. Nesse sentido, em sua descrição ele marca um aspecto presente em todo texto, que é depender de uma análise prévia para se observar recorrências composicionais e/ou estruturais.

Dessas descrições, destacamos que as relações tidas como PTF não são planejadas tendo em vista aspectos direcionados às sequências (apesar do esquema 1, referente ao campo da Linguística Textual para as operações de continuidade e segmentação, sugerir essa conclusão), mas a aspectos **pragmático-discursivos** provenientes das ações de linguagem. Seria por esse motivo que defendemos que o PT parece estar mais relacionado aos gêneros, ou seja, à constatação de uma relativa estabilidade. Essa problemática nos mobiliza à criação de um tipo de análise que leva em primeiro lugar a concepção bakhtiniana de gênero como ponto de partida. Destacamos ainda que essa concepção já aparece na quarta edição da obra *Les textes, types et prototypes* de 2017, ainda sem tradução para o português, e nela o autor chama a atenção para a existência de planos pré-formatados para um gênero, fato que redirecionou nossas análises.

2. Definição de planos pré-formatados para um gênero

Em discussão anterior nossa (ainda no prelo) sobre o plano de gênero que representaria um dos planos pré-formatados possíveis para a fábula, chegamos a uma conclusão prévia que o emprego desse termo e correlações permitiria diminuir analiticamente um número de textos de uma mesma situação sociodiscursiva por uma relação de prototipicidade. Para chegar a essa conclusão, partimos de noções pertinentes aos gêneros discursivos nos limites do que discute Bakhtin, de modo a chegar à noção de plano pré-formatado para um gênero para demarcar aspectos de recorrência entre as fábulas. Para tanto, embasamo-nos na concepção bakhtiniana de gêneros do discurso e nos estudos de Rojo & Barbosa (2015), que traçam um percurso histórico/analítico dos gêneros discursivos, além de Costa (2013), salientando reconhecer que os gêneros são únicos, por isso buscamos apenas observar aspectos característicos dos gêneros que chamamos de recorrência social. Tomamos como ponto de partida a definição “gêneros de discurso”, tomando o texto como unidade comunicativa, encaixado em nossas atividades sociais estruturadas e dependentes de textos anteriores. Nessa linha, o funcionamento dos

gêneros está condicionado às nossas vidas cotidiana e pública, eles dão forma ao nosso discurso, à nossa enunciação. Segundo Rojo & Barbosa (2015), a definição de gênero está subordinada ao funcionamento social e diversificado das diferentes instituições humanas (que as autoras associam à noção bakhtiniana de *esferas*).

Como forma de encaixe em nosso estudo, recorreremos a um recorte do trabalho das autoras pelo viés organizacional dos gêneros (focalizando a noção que estamos pleiteando como “um plano de gênero”), visando chegar a uma base conceitual/analítica. Para tanto, ponderamos sobre um dos aspectos do gênero, relativo à forma como ele se materializa em texto. Bronckart (2006, p.143) trata de parte da materialidade dos gêneros, ao afirmar que eles “são produtos de *configurações de escolhas* entre esses possíveis, que se encontram momentaneamente ‘cristalizados’ ou estabilizados pelo uso”. A noção de estabilidade (ou momentânea estabilidade) aparece aqui ligada às esferas de atividade humana e reforçam a afirmação de Rojo e Barbosa de que os diferentes modos de vida aparecem atrelados às diversas esferas/formações sociais que condicionam “tipos temáticos, composicionais e estilísticos de enunciados/textos relativamente estáveis – os gêneros” (ROJO & BARBOSA, 2015, p.64).

As autoras consideram a avaliação das esferas de atividade e das esferas de comunicação como os dois primeiros passos metodológicos para uma análise dos gêneros. Observamos isso como uma necessidade de condicionar qualquer análise dos textos à situação sociodiscursiva e à escolha e à utilização, mais flexível ou não, de determinado gênero. As esferas estão relacionadas aos tipos de atividade humana que são nelas desempenhados e aos gêneros que ali circulam em forma de textos/enunciados concretos. Assim, as características do gênero seriam determinadas pela finalidade, funcionamento e especificidade da esfera na qual ele circula. Seguindo o recorte da abordagem de Rojo e Barbosa (2015), destacamos os três elementos caracterizadores dos gêneros (tema, estilo e forma de composição) como ponto de partida para nossa delimitação. Partiremos dessas definições (mesmo que a consideremos indissociáveis) para delinear o espaço que acreditamos ter um plano pré-formatado de gênero.

O tema, grosso modo, corresponde ao conteúdo inferido somado a uma valoração do locutor. No tema, evidentemente, há um atravessamento ideológico, mas o sentido de um texto depende da apreciação de um dado interlocutor, em um dado momento de produção específico, por isso o texto é um enunciado único e irrepitível. Os sentidos que vão se repetindo, mas também se acumulando, são diferenciados por Bakhtin/Volochinov (apud ROJO & BARBOSA, 2015) em dois tipos: tema do signo (acumulado) e tema da enunciação (pertencente a um momento histórico particular).

O estilo, por sua vez, representa determinada ordem de traços organizados por escolhas linguísticas (lexicais ou estruturais). Fazemos essas escolhas no momento da concepção/produção do texto, sendo elas determinantes para a interpretação requerida. Um mesmo tema, por exemplo, pode ser apresentado em estilos diferentes para que possamos dizer o que realmente queremos dizer, ou seja, expressar nossa “vontade enunciativa”. Segundo as autoras, Bakhtin distingue ainda estilos individuais (estilos de autor) e estilos linguísticos (condicionados ao gênero) que se repetem, tendo em vista a

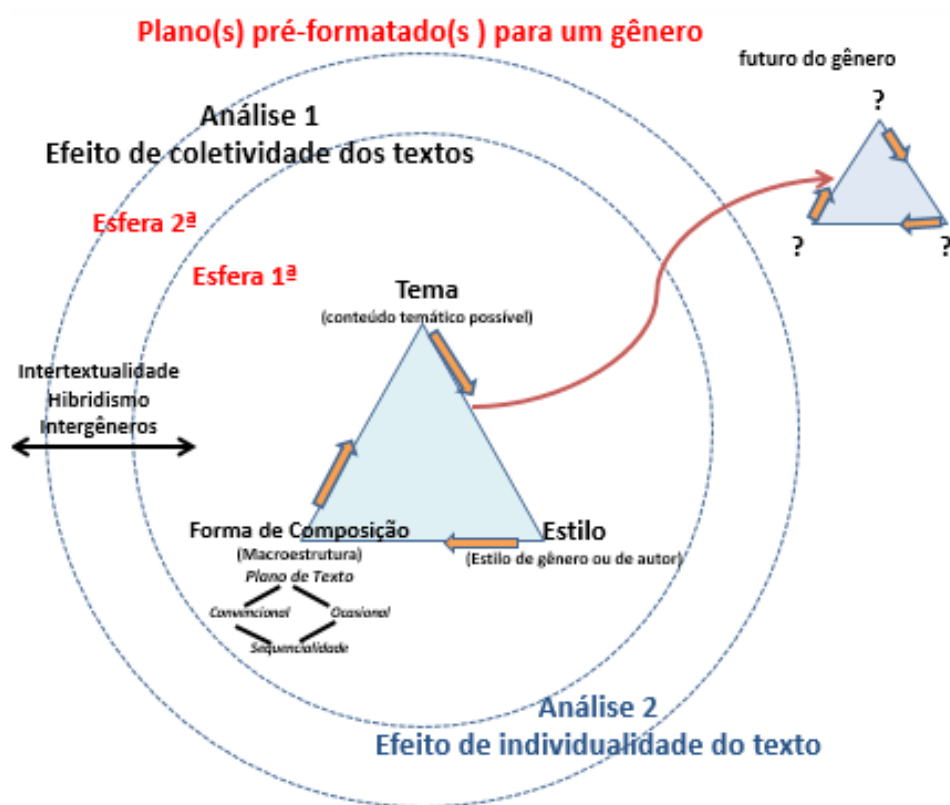
esfera e a necessidade de uso de uma estrutura linguística similar. Sobre isso, Costa (2013, p.152) aponta alguns direcionamentos possíveis para uma análise do estilo nos gêneros por uma perspectiva discursiva. Nas pesquisas sobre estilo no Brasil, a autora cita basicamente duas linhas de estudo:

Fiorin (2008) e Discini (2004) definem estilo a partir do desvio em relação a uma norma; Fix (2006) estabelece uma relação análoga a partir dos conceitos de cânone e dissolução do cânone. A associação entre a norma/cânone e o estilo do gênero e entre o desvio/dissolução do cânone e o estilo individual é óbvia. Já Possenti (1988, 2002) utiliza[va] um conceito de estilo centrado nas possibilidades de escolha disponíveis na língua e no trabalho individual do autor para obter determinado efeito de sentido, ou seja, adota uma concepção de estilo centrada na relação entre a língua e o discurso.

Para Costa (2013, p.154), essas linhas correspondem ao embrião de duas tendências presentes em Bakhtin, uma “centrada na relação entre a norma e o desvio” (Fiorin, Discini e Fix) e “outra na rigidez ou flexibilidade do estilo do gênero” (Possenti, tomando a língua e não o gênero como referência). Tendo esses autores como base, Costa (2013) define uma análise pela relação estilo e gênero realizada em três níveis: 1) **dimensão social do estilo** (estilo do gênero em Bakhtin), resultado da elaboração histórico-social, pela qual observamos uma associação estável entre determinadas formas linguísticas e os gêneros; 2) **dimensão individual do estilo**, escolhas linguísticas do enunciador que toma como referência o estilo do gênero, já que as formas linguísticas já têm seus usos consolidados historicamente (estilo do texto); 3) **dimensão que resultada do agrupamento de textos**, sendo que um texto é único em um conjunto de textos, tomando-se aqui uma condição sócio-histórica determinada de produção com o objetivo de identificar um estilo de autor, de época, um jornal etc. Nossa perspectiva se coaduna com a proposta da autora pela análise da dimensão social do gênero (aspectos recorrentes, mas reconhecendo que cada texto, que realiza o gênero, é único), principalmente, em função de a noção de um “plano de gênero” ou um plano pré-formatado estar relacionada à relativa estabilidade do gênero quanto aos aspectos de tema, estilo e composição.

Dando continuidade à descrição dos elementos caracterizadores do gênero, o traço de composição é definido por Rojo & Barbosa (2015, p. 94) como o elemento que representa a forma de acabamento do gênero, ou seja, “está relacionado ao que a teoria textual chama de ‘(macro/super)estrutura’ do texto, à progressão temática, à coerência e coesão do texto”. Caracterizamos esse elemento organizacional dos gêneros discursivos como um dos mais relevantes em nossa proposta, pois é dele que objetivamos partir. Por outro lado, também entendemos a preocupação das autoras em enfatizar que a possibilidade de heterogeneidade composicional e/ou tentativa de uma prototipação gera, logo de partida, inúmeros inconvenientes, já que o enunciado é um evento único e irrepetível. Destacamos nosso interesse particular de refletir sobre a relação entre os traços composicionais dos gêneros e a noção de plano de texto, assim, o esquema, a seguir, busca inserir, na consideração dos planos de texto, parte do que discutem os autores anteriormente citados, em direção ao que ressaltamos ser também uma possibilidade analítica para o estudo dos gêneros por um viés discursivo.

Nosso esquema comporta os três elementos caracterizadores dos gêneros. A análise parte da tripla articulação entre tema, estilo e forma de composição. A apresentação de um plano pré-formatado para um gênero viria da relação macroestrutural do formato de composição, em conformidade com uma ligação com os outros dois elementos (tema e estilo). Nesse mesmo campo de análise, assim como na noção de Adam (2011), delineamos a possibilidade de existência de um plano de texto fixo (PTF) e de um plano de texto ocasional (PTO). O PTO seria identificável por aspectos pragmáticos (intenções) ou movimentos sociodiscursivos internos ao gênero, podendo ser observado de duas formas: uma transmutação de uma forma em outra, o caso da intergênicidade, um formato de gênero para outro propósito comunicativo com mudança de esfera; uma organização composicional aleatória seguindo os próprios impulsos do criador, própria de uma marcação mais relacionada ao estilo de autor, propensa para determinados gêneros com PTO. Delineamos para os textos com PTF duas linhas de análise: 1) pelo efeito de coletividade que geraria(m) plano(s) pré-formatado(s) possível(eis) para um conjunto de texto; 2) pelo efeito de individualidade que todo texto possui, ou seja, para observação de um único texto, possível extensão para os PTO.



Esquema 2

3. Material, método e análises do gênero resenha acadêmica crítica

Determinadas esferas discursivas chamam atenção pela relativa “prototipicidade” visualizada em alguns gêneros ou em um grupo de gêneros. No que se refere ao estilo de gênero, por exemplo, Costa (2013) afirma a forte coerção do estilo em gêneros como a notícia, a reportagem e o editorial no campo jornalístico. Ao mesmo tempo há expressão de estilo individual nos artigos de opinião. Na esfera acadêmica também são variados os exemplos de gêneros que compartilham traços característicos, ora pela necessidade de evitar subjetividade interpretativa, ora como traço estilístico e composicional dos gêneros, este é o caso do artigo científico, dos *abstracts*, das monografias de final de curso, dos relatórios de laboratório, entre outros que, apesar da mudança de área, apresentam aspectos próximos (especialmente quanto a estilo, tema e organização composicional).

A produção de gêneros da esfera acadêmica inspira materiais direcionados ao estudo de sua produção, além de diferentes pesquisas (BEZERRA, 2001; HEMAIS & BIASI-RODRIGUES, 2005), configurando possibilidades didáticas e analíticas a partir de um estudo composicional e até mesmo discursivo. Nos materiais didático-metodológicos, chama nossa atenção a geração de protótipos de gêneros pela delimitação de marcas características que levariam, em síntese, à produção de textos com formatos mais fixos tanto por especialistas quanto por estudantes de graduação, por exemplo⁵. Acordamos com a afirmação de Adam (2011) sobre a profunda heterogeneidade constitutiva nos textos reais, mas também acreditamos que existem certas marcas recorrentes como evidenciam os estudos de Bezerra (2001), também sobre a resenha. Dessa premissa, propomos investigar dois desses materiais teórico-metodológicos sobre o tema, objetivando delinear, pelas descrições expressas, uma possibilidade de plano pré-formatado para o gênero resenha acadêmica.

Como traço desse estudo, os dados atentam à definição da resenha tendo em vista aspectos composicionais e discursivos observados em um grupo de textos (análise 1 do esquema 2). Interessamos, particularmente neste estudo, identificar um plano pré-formatado com base em dados de produção e circulação do gênero resenha acadêmica apresentados em estudos (BEZERRA, 2011) e exemplos teóricos e empíricos utilizados nos materiais didático-metodológicos selecionados. As duas obras selecionadas sobre o assunto são a de Machado et al. (2004) e a de Köche et al. (2014), mais ligadas ao estudo do texto e menos à metodologia científica. Reafirmamos a pretensão da análise como uma proposta de exploração do protótipo, ressaltando outras possibilidades tendo em vista outro grupo de exemplares. Souza (1993), apresentado por Köche et al. (2014), representaria um exemplar prototípico do gênero que utilizaremos nas descrições.

5 Bezerra (2001) chega a diferenciar os dois tipos de produtores. Os dados do autor mostram certa variação entre os elementos retóricos empregados nas resenhas produzidas por especialistas e alunos. Contudo, para esse estudo, as diferenças não são tão relevantes, pois não alteram o protótipo.

a) *O tema do gênero resenha*

Comparada a outros gêneros da mesma esfera, a resenha atinge uma projeção diferente, por exemplo, da alcançada pelo artigo acadêmico. Contudo compartilha com ele algumas características, principalmente de ordem temática e estilística e até de circulação (publicada em mesmo veículo, mas em seção diferente). O tema de uma resenha está ligado a algumas ações de linguagem por ela desempenhadas como apresentação, descrição, divulgação, julgamento, informação sobre um livro, um filme, um documentário, uma tese (entre outros gêneros do saber). Analisada a temática por sua característica acumulativa, o gênero veicula temas (obras) que apresentam certa barreira interpretativa ou interesse acadêmico. Em outras palavras, o conteúdo de uma resenha será sempre a obra que foi resenhada.

No *corpus* pesquisado encontramos a descrição da temática ligada à avaliação, crítica ou elogio do resultado de uma produção intelectual. Essa temática é definida pela figura do resenhista (especialista da área da obra resenhada em tese) que a delimita e a estiliza conforme sua apreciação. Mesmo sendo irrepitível (como todo enunciado), a temática da resenha circula entre intenção discursiva (marcada anteriormente) e o material resenhado.

b) *o estilo no gênero resenha*

O estilo (que analisamos pelo viés social do gênero) não chega a ser descrito nas obras analisadas (pelo menos não com esse olhar), entretanto, pode ser inferido dos exemplos apresentados que evidenciam incorporar, já em sua superfície, um estilo de linguagem que poderia ser classificado como científico e técnico, motivado pela esfera de circulação do gênero. A resenha de Souza (1993 *apud* Köche et al. 2014) traz os traços mais expressivos do que poderíamos delimitar para um estilo do gênero, linguagem objetiva e técnica. Seguindo a concepção discursiva dos gêneros, o enunciador (resenhista) escolhe, entre as opções linguísticas disponíveis para a esfera/gênero, os elementos para compor seu discurso. Nesse, e em outros gêneros, esse enunciador tem poucas opções para imprimir suas marcas individuais, algo diferente do que observamos nos textos literários, por exemplo, nos quais são encontrados frequentemente recursos linguísticos mais marcantes de um estilo individual.

Endossamos as demarcações analíticas de Costa (2013), e acreditamos que para os gêneros acadêmicos o estilo do gênero seria proveniente do trabalho do autor entre as opções disponíveis ao gênero e à esfera, próprios e compartilhados. Nesse sentido, é consenso para a esfera a necessidade de objetividade e clareza. O texto de Souza (1993 *apud* Köche et al. 2014) traz, por exemplo, uso da terceira pessoa, do presente do indicativo, da sequencialização das partes composicionais por verbos *discendi* (busca, objetiva, argumenta, entre outros). As fontes teóricas trazem, além desse tipo de instrução sobre a produção da resenha, alguns passos referentes às marcas linguísticas, como tipos de conectores mais comuns, estratégias de sumarização, etc. O “estilo social” do gênero é marcado, portanto, por uma linguagem culta, clara, objetiva, com vocabulário diversificado, mas atrelado aos verbetes próprios do campo de saber do autor e do texto. A primeira pessoa aparece nas

avaliações e nos comentários críticos, delineando argumento de autoridade (técnica argumentativa mais saliente para os gêneros acadêmicos, com possibilidade de uso da heterogeneidade mostrada – citações diretas e indiretas).

Em nossa opção pela determinação de um plano pré-formatado de gênero, acreditamos que os dois outros traços analisados por Costa (2013), **estilo individual** (de texto) e **resultado em um agrupamento**, não são determinantes para nossa análise, pois visam à particularização de casos.

c) Formato de composição

Para a composição, iniciamos com as observações de Bezerra (2001) sobre os principais movimentos retóricos encontrados para o gênero. Em suma, esses movimentos em si já representam uma espécie de plano composicional prototípico (pela recorrência) para a resenha que, aqui, ligamos ao plano pré-formatado, o qual toma como base a tríade caracterizadora do gênero para Bakhtin. Nessa organização retórica típica (semelhante à feita por Adam (2011) para a análise do gênero epistolar), Bezerra chega a quatro movimentos retóricos básicos que alinhamos às outras duas fontes pesquisadas, somando a uma descrição composicional e discursiva: 1) **Introduzir a obra**; 2) **Sumarizar a obra**; 3) **Criticar a obra** e 4) **Concluir a análise da obra**. Essa demarcação se assemelha aos protótipos encontrados nas discussões de Köche et al. (2014) e Machado et al. (2004) e é indicativa também de um regime de sequencialidade.

Delimitamos os indícios de um plano de texto fixo (PTF) para a resenha, indicando a Sequência Argumentativa (SA) como dominante e a sequência descritiva (SD) como encaixada (macroações descritiva e argumentativa para introduzir (SD), sumarizar (SD), criticar (SA) e concluir (SA)), tendo em vista que a ação discursiva primária para a produção de uma resenha seria a intenção de discutir/avaliar a obra. A macroação sociodiscursiva **descritiva** (própria do resumo que aparece no corpo da resenha) resulta de uma operação de tematização da obra. A referência bibliográfica, que abre as resenhas, age como denominação imediata do elemento de abertura do texto e anuncia o objeto de descrição (resumo/apresentação geral da obra resenhada) com comentários avaliativos (sequência argumentativa). Em Souza (1993 *apud* Köche et al. 2014), por exemplo, há encaixe nos momentos de descrição, como em “o autor ‘objetiva chegar a uma síntese dos principais fatores do desenvolvimento e sua generalização para o conjunto dos países subdesenvolvidos’, e é bem sucedido”, primeiro parágrafo em que “é bem sucedido” representa o ponto de vista do autor sobre a obra. De uma forma geral, nas indicações presentes nas duas obras analisadas e na pesquisa de Bezerra (2001), as avaliações do resenhista aparecem no momento pós-descrição, como parte composicional do gênero (a avaliação e indicação da obra), estando sua presença no resumo (primeira parte do plano) facultativa. Salientamos também, nesse sentido, a afirmação de Adam (2011, p.217) sobre a articulação descrição/argumentação: “Do caráter indissociável de um conteúdo descritivo e de uma posição enunciativa que orienta argumentativamente todo o enunciado, decorre o fato de que um procedimento descritivo é inseparável da expressão de um ponto de vista, de uma ação visada do discurso”.

Em resumo, apresentamos as três dimensões descritas de um plano pré-formatado de gênero para a resenha acadêmica (especificamente, aquela que é praticada pelos alunos de graduação e pós-graduação) no esquema 3, seguinte:



Esquema 3

Algumas conclusões

Apesar de reconhecermos a singularidade de cada texto, pois cada qual apresenta seu aspecto individual. Por outro lado, seria irrelevante não considerar que em muitos materiais identificamos ordenações macroestruturais típicas que funcionam muitas vezes como um tratamento de espécie de texto. O plano apresentado para a resenha significa que, apesar das nuances individuais, há aspectos que são recorrentes: uma temática com escopo similar; estilo de gênero nos limites linguísticos científico e técnico e plano composicional do gênero com um mesmo grupo de sequências e/ou mesma sequência dominante (argumentativa e descritiva), o que demarcaríamos como recorrência social do gênero, assim como observou Adam (2011) para a definição de plano de texto para a forma epistolar. Salientamos que há, certamente, no universo das produções textuais, elementos de análise que representam marcas individuais e são assim analisados com diferentes enfoques e objetivos pela Linguística Textual no Brasil. Contudo, para lidar com gêneros, é fundamental observar os aspectos de recorrência que se convencionam em planos pré-formatados para um gênero.

A ocorrência de um PTF deriva do movimento retórico e de partes identificáveis e dominantes de sequências em alguns casos (resenha, fábula e cartas de suicídio). Destacamos que a ideia de plano para um gênero não visa a substituir a noção de plano de texto, mas a inserir a noção de plano

de texto numa consideração coletiva dos gêneros, atentando para aspectos recorrentes, em termos de composição, estilo e tema, que se convencenam socialmente, de tal modo que passam a fazer parte de conhecimentos culturalmente compartilhados.

Referências bibliográficas

ADAM, J.M. *A Linguística textual*. São Paulo: Cortez, 2011

BEZERRA, B. G. A distribuição das informações em resenhas acadêmicas (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2013.

BRONCKART, J. P. *Atividades de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

CATELÃO, E.M. Revelando motivos: a argumentação suicida sob as perspectivas textual/discursiva e retórica (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, I. B. Gênero e Estilo. *Revista Letras*. Curitiba, n.88, p.151-169, jul./dez de 2013.

HEMAIS, B. & BIASI-RODRIGUES, B. A proposta socioretórica de John M. Swales para o estudo dos gêneros textuais. In: MEURER, J.L. et al. **Gêneros teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005 p.108-129.

KÖCHE, V. S. et. al. *Prática Textual: atividades de leitura e escrita*. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACHADO, A. R. et al. *Resenha*. São Paulo: Parábola, 2004.

ROJO, R. & BARBOSA, J. P. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola, 2015.